

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS**

BRUNO HENRIQUE MESQUITA LONGO

RIO DE JANEIRO  
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO

**AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS**

**BRUNO HENRIQUE MESQUITA LONGO**

**ORIENTADORA: ANGELA MARIA DE SOUZA MARTINS**

Monografia apresentada ao curso de pedagogia da  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
como requisito para a obtenção do título de  
bacharel em Pedagogia

**RIO DE JANEIRO**  
2007

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta monografia a minha família,  
pois ela sempre me acolhe nos  
momentos difíceis e sempre compartilha  
os momentos de felicidades.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiro aos meus pais e meus irmãos. Eles são os alicerces na minha vida. Não existem palavras para explicar meu sentimento por eles.

Aos meus amigos e amigas pelos momentos de pura amizade e diversão.

A minha orientadora Professora Ângela Maria Souza Martins pela compreensão, pelo carinho em conversar comigo e pela energia positiva que transmite.

Aos amigos e amigas da faculdade que formam um grupo maravilhoso de estudo e de amizade.

Por fim, aos demais professores os quais tive o prazer de conhecer.

## RESUMO

A educação de jovens e adultos, durante algumas décadas, tem sido o centro de atenções dos educadores que pretendem enfrentar o desafio de trazer de volta ao banco escolar o jovem trabalhador, para resgatar as suas expectativas no sentido de construir um outro futuro e, também, a sua dignidade enquanto cidadão atuante e participativo. Desta forma, educadores como Paulo Freire, que fundamenta esta monografia, e outros, muito contribuíram com seus trabalhos pedagógicos na orientação de educadores que trabalham com a educação de jovens e adultos. Com o propósito de elaborar um trabalho que enriqueça a prática educativa na Educação de Adultos, realizamos uma reflexão a partir da teoria pedagógica de Paulo Freire, tomando como parâmetro os Círculos de Cultura, as palavras geradoras, a educação dialógica e a formação da consciência crítica nos processos educativos, no sentido de compreender como se efetiva a educação de Jovens e Adultos. Concluímos que as idéias pedagógicas de Paulo Freire nos possibilitam apontar os meios mais viáveis para iniciar e desenvolver o processo de ação educacional na área da Educação de Jovens e Adultos.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL</b>	9
<b>CAPÍTULO II – PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>	17
2.1 – O método Paulo Freire	21
2.1.1 – Os círculos de cultura de Paulo Freire: o trabalho com a fala	22
2.1.2 – As palavras geradoras: reler e falar	24
2.2 – Adequação do método a realidade dos educandos	26
2.3 – Formação do senso crítico	26
<b>CAPÍTULO III – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ATUAL LDB</b>	28
3.1 – A legislação	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	35
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	39

## INTRODUÇÃO

As vítimas do fracasso escolar aumentam cada vez mais no contexto educacional brasileiro. Freqüentemente busca-se quem é culpado desse insucesso: a escola, os alunos ou os professores. Observamos as dificuldades encontradas por alunos jovens e adultos ao regressarem ou iniciarem seus estudos, muitas vezes, o cotidiano das aulas é desinteressante, os professores não sentem estimulados a ensinar, pois não recebem uma formação adequada e apoio para realizar um trabalho competente e prazeroso nas escolas. Para piorar tal situação alguns professores trabalham com jovens e adultos utilizando uma metodologia e conteúdos apropriados às crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental, o que faz com que muitos educandos se desinteressem pelo aprendizado e acabem desistindo da luta contra o analfabetismo. Com base nessas reflexões me propus a investigar este tema, para que de certa forma pudesse contribuir positivamente na *luta* pela melhoria da Educação de Jovens e Adultos.

Pude perceber, ao longo do meu curso de Pedagogia, que devemos considerar no processo educativo: o papel do professor, sua formação, a metodologia a ser utilizada, a realidade do aluno e a relação professor-aluno. Essas questões motivaram-me de tal forma, a ponto de buscar aprofundar minhas reflexões a partir do diálogo com renomados autores que pesquisam a Educação de Jovens e Adultos.

Sendo assim, propomos como objetivo deste estudo refletir sobre a história da Educação de Jovens e Adultos, apontando algumas abordagens que possam servir de orientação frente aos desafios deste tipo de ensino. A metodologia do trabalho pretende apoiar-se em um estudo qualitativo de pesquisa bibliográfica.

Para o desenvolvimento do estudo, iniciaremos o capítulo 1 dissertando brevemente sobre a história da EJA no Brasil. Logo após, no capítulo 2 mostramos as principais contribuições de Paulo Freire para Educação de Jovens e Adultos, esclarecemos que neste capítulo desenvolvemos o quadro teórico que nos embasamos para analisar a Educação de Jovens e Adultos. Posteriormente, no capítulo 3, trabalharemos com algumas considerações sobre a educação de jovens e adultos na atual LDB.

Acreditamos que nós educadores devemos repensar a alfabetização, principalmente, a de adultos, pois o valor social de se aprender a ler e a escrever é muito mais abrangente, não podemos ficar limitados a exercícios mecânicos. O professor deve saber que a tarefa de alfabetizar o outro é poder ajudá-lo a descobrir a grande diversidade das letras e das palavras e, assim, fazer com que construa a escrita e perceba a leitura como elo que o ajude a interpretar o mundo de uma forma

mais crítica.

Os professores devem estar atentos para sua função social, pois caso não estejam convictos do seu verdadeiro papel educativo, poderão reproduzir o sistema, como agentes que perpetuam a discriminação das classes populares. Os professores podem contribuir para a transformação social, caso estejam conscientes de seu papel social e político no contexto educacional.

O presente trabalho tem por finalidade abordar o método utilizado por Paulo Freire em seus processos de alfabetização. Partimos das seguintes questões: O que é um círculo de cultura? Como funciona? O que são palavras geradoras? Estas questões e outras mais precisam ser esclarecidas ao educador que pretende desenvolver um trabalho de alfabetização com Jovens e Adultos, utilizando o Método Paulo Freire.

Se faz necessário analisar como foram desenvolvidos os círculos de cultura, assim como os desafios que estes implicam, principalmente é importante descobrirmos que mecanismos este método de ensino utilizou para incentivar o pensamento crítico nos educandos. Para isto precisamos saber o significado real da palavra cultura, o que a compreende e até mesmo, diversificar o método de acordo com a cultura de cada povo.

A experiência de Angicos, onde Paulo Freire alfabetizou um grupo de adultos em 40 horas é um importante ponto de partida para a nossa reflexão.

Para finalizar este estudo apresentaremos as Considerações Finais com algumas conclusões de nosso estudo de forma a contribuir para a reflexão de professores e ampliar a discussão sobre a temática.



## CAPÍTULO I

### 1. A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

No período colonial, os religiosos exerciam sua ação educativa e também missionária em grande parte com adultos. Em 1759, com a expulsão dos jesuítas do Brasil, houve uma total desorganização do sistema de ensino. Somente no Império é que vamos encontrar informações sobre ações educativas no campo de adultos.

Percebe-se que pouco ou quase nada foi realizado sobre este segmento no período Imperial, desrespeitando o que já preconizava a primeira Constituição Brasileira de 1824, que defendia a educação primária e gratuita a todos os cidadãos.

No período Republicano com a Constituição de 1891, a ação básica do ensino elementar passa a ser responsabilidade dos Estados e Municípios, assim a educação de Jovens e Adultos ficou a cargo dos Estados e aos interesses regionais.

Após 30 anos no regime Republicano foi organizado um censo em 1920 que demonstrava que 72% da população brasileira acima de 5 anos era analfabeta. Assim diante de tal situação, na década de 1920, houve um movimento por ampliação do número de escolas elementares e luta pela qualidade no ensino. Verifica-se ainda que nessa década começavam a nascer as condições favoráveis ao estabelecimento de uma política para a educação de adultos.

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar, a partir da década de 1930, com o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. Neste período, começava a se concretizar transformações econômicas que possibilitariam a instalação do processo de industrialização. Nesta época, com a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, novas exigências ocorreram, tanto no campo econômico, como também no campo educacional. Assim, a ampliação da educação elementar foi impulsionada pelo governo federal.

Porém estas mudanças, não atingiram a nação como um todo, a começar pela expansão das oportunidades educacionais, que eram destinadas as camadas que detinham o poder econômico. O latifundiário, por exemplo, dominando vastas áreas do território impede a modernização dos fatores de produção e com isso a introdução da qualificação

mínima aos trabalhadores do campo. Assim, estes se encontravam cada vez mais longe da possibilidade de estudar.

A estrutura arcaica da escola, mantida até então, resistia à modernização e dessa forma o avanço da universalização da escola elementar se efetivava de uma maneira muito lenta. A deficiência do sistema escolar impossibilitou a retenção da população escolar por mais tempo na escola.

A Constituição de 1934 foi a primeira a colocar sob a responsabilidade da União a educação de jovens e adultos, mas esta modalidade de educação somente se consolidará enquanto tal, na década de 1940.

Em 1938, houve a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e através de estudos e pesquisas, instituiu-se em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, que deveria subsidiar um programa de ampliação da educação primária que incluísse ensino supletivo para adultos.

Quanto ao ensino técnico industrial, o Governo Federal, incentivou as indústrias a ministrar cursos de aprendizagem profissional inicial para seus trabalhadores menores e aperfeiçoamento profissional para adultos. Assim, em 22 de janeiro de 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) começou a organizar-se com esses objetivos. O SENAI é mantido até hoje pelas indústrias. Suas escolas não eram instaladas propriamente dentro das indústrias, mas organizadas fora delas de modo a atender a todos os estabelecimentos de uma determinada área do país.

Com o fim da ditadura de Vargas em 1945, com o processo de redemocratização do Estado brasileiro, a educação de adultos ganhou destaque dentro da preocupação geral com a universalização da educação elementar que estava associada a ONU visando a paz e a democracia.

Para incrementar a produção, o governo incentiva a educação de jovens e adultos, a partir de uma campanha nacional, prevendo a alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Para efetivar esta campanha foram criadas várias escolas supletivas nos principais Estados do Brasil.

Quatro anos após a criação do SENAI, o governo criou o Serviço Nacional de

Aprendizagem Comercial (SENAC), em 10 de janeiro de 1946. O SENAC foi criado pela Confederação Nacional do Comércio. Destinava-se a população de pré-adolescentes que procuravam escolas de aprendizagem, pois eram pessoas que precisavam começar a trabalhar mais cedo, sendo assim não podiam enfrentar as escolas do sistema oficial regular. Os que já trabalhavam procuravam essas escolas para obter uma qualificação para o trabalho, almejando uma melhor remuneração. A população mais privilegiada continuava a fazer sua opção pelas escolas regulares.

No plano internacional, a UNESCO, logo após a Segunda Guerra Mundial, denunciava ao mundo as profundas desigualdades sociais, econômicas e políticas entre os países e destacava o importante papel desempenhado pela educação, em especial a educação de jovens e adultos, para o processo de desenvolvimento das nações consideradas atrasadas.

Em 1947, a confiança na capacidade de aprendizagem dos adultos e a difusão de um método de ensino e leitura para adultos, conhecido como "Laubach", inspiraram a iniciativa do Ministério da Educação para produzir pela primeira vez, por ocasião da Campanha de 1947, material didático específico para o ensino da leitura e da escrita para adultos. O primeiro guia de leitura orientava o ensino pelo método silábico de palavras-chave. Nas lições finais, as frases compunham pequenos textos contendo orientações sobre preservação da saúde, técnicas simples de trabalho e mensagens de moral e civismo.

O clima de entusiasmo com relação a educação de jovens e adultos começou a diminuir na década de 1950, mas a rede de ensino supletivo assumida pelos estados e municípios continuou.

No final da década de 50, as críticas à Campanha de Educação de Adultos dirigiam-se tanto às suas deficiências administrativas e financeiras quanto à sua orientação pedagógica que convergiam para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência foi o educador Paulo Freire.

Os primeiros anos da década de 1960 foram palco de um dos mais ricos momentos da história da sociedade brasileira, quando a partir do final da década de 1950, houve uma mobilização para enfrentar os problemas sociais e educacionais, período em que a educação e a cultura popular desempenharam importante papel.

Nesta perspectiva, a educação ocupa um lugar de destaque visto que ela seria forte aliada do projeto de desenvolvimento da sociedade brasileira, assegurando a formação necessária ao projeto em curso. Entretanto, a definição da política educacional também era alvo de disputa naquele momento, havendo vários projetos por vezes conflitantes inclusive no interior do governo.

Este período representou, na história do Brasil, um momento de mobilização e organização da sociedade civil. Nasceram, então, vários movimentos como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro de Cultura Popular (CPC), entre outros. Em 1961, em Natal, Djalma Maranhão e Moacyr de Góes, respectivamente Prefeito e Secretário de Educação, implementam a campanha "De pé no chão também se aprende a ler". Um desafio feito pela população e aceito pelo governo municipal rompia com a idéia de que a escola. O MCP tinha como estratégia mobilizar o potencial de trabalho das organizações populares já existentes, dando subsídios para criação de outras.

Ainda em 1961, nasce o Centro Popular de Cultura (CPC), que tinha como objetivo básico democratizar o acesso da cultura ao povo e ao mesmo tempo contribuir para a sua conscientização. A clareza de que o trabalho deveria ser desenvolvido junto aos movimentos já organizados da sociedade civil levou os idealizadores do CPC a se unirem à União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em 1963, desta feita a convite do governo do estado do Rio Grande do Norte, Paulo Freire inicia a experiência de Angicos, que aliada à outras formas de organização popular existente na região produziu ótimos resultados. Ainda em 1963, Paulo Freire foi convidado para coordenar a Campanha Nacional de Alfabetização do MEC, inviabilizada ainda em seu início pelo golpe militar.

O paradigma pedagógico que se construiu nessas práticas baseava-se num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. O analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.

O trabalho de Paulo Freire potencializa a politização da educação. Seu trabalho era voltado para a construção de novas consciências e a transformação da sociedade. O

trabalho de Freire prioritariamente voltado aos adolescentes e adultos analfabetos, que eram a expressão da política excludente implementada no país, significa a construção de uma consciência crítica e, conseqüentemente, a negação da organização social vigente, que gera o analfabetismo, a fome, entre outras injustiças.

A pedagogia de Paulo Freire inspirou os principais programas de alfabetização e educação popular do início dos anos 60. Esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares e passaram a pressionar o Governo Federal para que os apoiasse e estabelecesse uma coordenação nacional das iniciativas.

Além disso, os ideais pedagógicos que se difundiam tinham um forte componente ético, implicando um profundo comprometimento do educador com os educandos. Os analfabetos deveriam ser reconhecidos como homens e mulheres produtivos, que possuíam uma cultura. Dessa perspectiva, Paulo Freire criticou a chamada educação bancária e propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que fosse do diálogo.

Prescindindo da utilização de cartilhas, desenvolveu um conjunto de procedimentos pedagógicos que ficou conhecido como método Paulo Freire. Ele previa uma etapa preparatória, quando o alfabetizador deveria fazer uma pesquisa sobre a realidade existencial do grupo junto ao qual deveria atuar.

Esse processo foi interrompido pela ditadura militar. Este governo decidiu enfrentar a situação do analfabetismo criando o Mobral, que constituiu-se como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação, contando com um volume significativo de recursos. As orientações metodológicas e os materiais didáticos do Mobral reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de inícios dos anos 60, mas esvaziando-se de todo sentido crítico e problematizador. Durante a década de 1970, o Mobral expandiu-se por todo o território nacional, diversificando sua atuação, mas não alcançou êxito no sentido de alfabetizar conscientizando.

Com a emergência dos movimentos sociais e o início da abertura política na década de 1980, vários movimentos sociais se rearticulam para enfrentar o regime militar, buscavam enfrentar a hegemonia política dos militares, assim se constituem os "novos movimentos sociais". As experiências foram se ampliando, construindo canais de troca de

experiência, reflexão e articulação. Desacreditado nos meios políticos e educacionais, o Mobral foi extinto em 1985. Seu lugar foi ocupado pela Fundação Educar.

Nesse período de reconstrução democrática, muitas experiências de alfabetização ganharam consistência, desenvolvendo os postulados e enriquecendo o modelo da alfabetização conscientizadora dos anos 60. Dificuldades encontradas na prática geravam reflexão e apontavam novas pistas. Paulo Freire foi um ator ativo em todo esse processo. Coordenou iniciativas de alfabetização de jovens e adultos e realizou reflexões e análises que influenciaram grande parte das pessoas envolvidas nos movimentos sociais nesse processo de abertura política, na década de 1980, quando suas obras foram lidas intensamente. No final da década de 1980, Freire era o autor mais presente nas práticas educativas dos professores da educação de jovens e adultos. Sua teorização sempre serviu de fundamentação para a formulação de propostas educacionais. O próprio Freire esteve inserido na formulação e implementação de políticas públicas, quando foi Secretário de Educação da cidade de São Paulo, na década de 1990, quando surgiu o MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos).

A partir de meados da década de 80, difundem-se entre os educadores brasileiros estudos e pesquisas sobre o aprendizado da língua escrita com bases na lingüística e na psicologia, que lançam novas luzes sobre práticas de alfabetização. Especialmente os trabalhos da psicopedagoga argentina Emília Ferreiro trouxeram indicações aos alfabetizadores de como ultrapassar as limitações dos métodos baseados na sílabação. Essas orientações do trabalho com a língua escrita começaram recentemente a se fazer presentes nas propostas pedagógicas para adultos. Os educadores brasileiros têm entrado em contato também com estudos que tematizam as relações entre pensamento e linguagem, pensamento e cultura, cultura oral e cultura letrada, conceitos espontâneos e conceitos científicos.

Outro indicador da ampliação da concepção de alfabetização no sentido de uma visão mais abrangente da educação básica é a crescente preocupação com a relação à iniciação matemática.

Um avanço importante dessas experiências mais recentes é a incorporação de uma visão de alfabetização como processo que exige certo grau de continuidade e sedimentação. A alfabetização é crescentemente incorporada a programas mais extensivos

de educação básica de jovens e adultos. Essa tendência se reflete nos materiais didáticos produzidos. Um princípio pedagógico já bastante assimilado entre os que se dedicam à educação básica de adultos é o da incorporação da cultura e da realidade vivencial dos educandos como conteúdo ou ponto de partida da prática educativa.

No âmbito das políticas educacionais, os primeiros anos da década de 1990 não foram favoráveis. Historicamente, o Governo Federal foi a principal instância de apoio e articulação das iniciativas de educação de jovens e adultos. Com a extinção da Fundação Educar, em 1990, criou-se um enorme vazio em termos de políticas para o setor. Alguns estados e municípios têm assumido a responsabilidade de oferecer programas na área, assim como algumas organizações da sociedade civil, mas a oferta ainda está longe de satisfazer a demanda. Acompanhando a falta de políticas para estender o atendimento, há uma grande falta de material didático, de estudos e pesquisas sobre essa modalidade educativa. Como podemos garantir aqueles que estão marginalizados da educação regular acesso à cultura letrada, de modo que participe mais ativamente do mundo do trabalho, da política e da cultura?

Vivemos no Brasil uma contradição, pois propalamos a necessidade de uma mão de obra qualificada, mas a aliança entre governo, empresariado nacional e alguns setores das classes médias, na verdade buscam se manter no poder, de modo que não possibilitam políticas educacionais que desenvolvam efetivamente um projeto de educação de Jovens e Adultos eficiente, no sentido de dar acesso de fato a uma educação que possibilite uma educação consistente.

O Brasil continua a deter o maior contingente de analfabetos absolutos e pessoas jovens e adultas com baixa escolaridade no continente. Em termos relativos, os índices de analfabetismo e as taxas de escolaridade da população são bastante inferiores aos países latino-americanos com nível de desenvolvimento equivalente, equiparando-se aos países menos desenvolvidos da América Latina e Caribe. O analfabetismo começa a recuar também em números absolutos, porém o Brasil não conseguirá atingir a meta assumida de reduzir o analfabetismo à metade dos índices.

Ao observarmos as estatísticas por faixas etárias podemos verificar que a elevação das taxas da alfabetização está diretamente relacionada aos grupos etários mais jovens, o que resulta da democratização das oportunidades educacionais na infância e adolescência.

Os avanços obtidos no campo da alfabetização durante a década de 1990 não resultam dos esforços empreendidos na educação de jovens e adultos, e sim da melhoria das condições de acesso das novas gerações ao ensino fundamental.

Entretanto, há fortes indícios de que os baixos índices de permanência e progressão no sistema de ensino público e seus escassos resultados qualitativos estejam reproduzidos continuamente um contingente numeroso de analfabetos funcionais.

O analfabetismo funcional apresenta-se como um fenômeno extenso, difundido por todas as faixas etárias, uma vez que a escolaridade média da população e os níveis de aprendizagem alcançados situam-se abaixo dos mínimos socialmente necessários para que as pessoas mantenham e desenvolvam as competências características do alfabetismo.

Ainda consideramos deficiente e desigual a educação de jovens e adultos em nosso país. Embora nossa LDB assegure o direito universal à educação fundamental, as políticas públicas em curso tendem a deslocar a alfabetização de jovens e adultos para o terreno dos programas assistenciais que visam atenuar os efeitos perversos da exclusão social. Assim, a oferta da educação básica à população jovem e adulta vem sendo progressivamente transferida do aparato governamental para a sociedade civil, especialmente por meio de estratégias de convênio com organizações sociais as mais variadas. O discurso governamental a esse respeito é marcado pela ambigüidade: de um lado, convoca a sociedade civil organizada cooperar solidariamente na promoção da alfabetização e, de outro, resiste assimilar as organizações sociais como interlocutoras legítimas para a formulação e avaliação das políticas públicas de educação.

Consideramos que o analfabetismo que graça entre nossos jovens e adultos não é apenas um problema residual herdado do passado, e sim uma questão complexa do presente, que exige políticas públicas consistentes, duradouras e articuladas a outras estratégias de desenvolvimento econômico, social e cultural.



## CAPÍTULO II

### PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Paulo Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, em Recife, numa área muito pobre. Embora criado em uma família de classe média, interessou-se pela educação dos oprimidos de sua região. Formou-se em Direito e desenvolveu um novo caminho para educar. Tornou-se muito famoso no exterior e hoje é considerado o mais conhecido educador de nosso tempo.

Falar sobre Paulo Freire nos mostra o quanto é importante a sua atuação em nossa educação. A sua vida e obra estão na história da Pedagogia do século XX, e na história de muitos educadores. O seu trabalho, além de depoimentos e testemunhas, possui cerca de 2.000 títulos de livros, teses, sobre o seu pensamento, sua vida e o seu trabalho. Giroux, autor que analisou seu pensamento, registrou cerca de 5.000 obras na língua inglesa, influenciadas por Paulo Freire, em todo mundo.

Paulo Freire não é conhecido só por sua obra, mas pelo modo que as realizou. Seus livros são escritos sob forma de uma conversa, um bate papo. Suas obras levam o leitor a se envolver com o que está lendo. Ele acredita que os homens foram feitos para se comunicarem uns com os outros, desde que as palavras não sejam ocas e que ninguém seja excluído.

O diálogo não pode existir sem esperança. A esperança está na raiz da inclusão dos homens, a partir da qual eles se movem em permanente busca. Busca em comunhão com os outros. (FREIRE, 1980, p. 84).

O trabalho de Paulo Freire vem sendo citado por educadores e intelectuais em várias partes do mundo e constitui uma relevante contribuição à chamada pedagogia crítica, não apenas pelo seu valor teórico, mas, principalmente, pelo fato de ter sido posta em prática pelo próprio autor com sucesso e consistência.

A pedagogia de Paulo Freire assume o compromisso com os excluídos do mundo, a quem dedicou a Pedagogia do Oprimido, lutando por uma sociedade justa e aberta ao diálogo e não subestima a sabedoria popular, que resulta necessariamente da experiência sócio-cultural (FREIRE, 1992).

A proposta educacional de Paulo Freire se fundamenta na humildade, na escuta, no

respeito e na confiança e ao mesmo tempo desenvolve a crítica, por meio do diálogo, da solidariedade e do envolvimento transformador. A educação é vista como um ato de libertação, confiança e reciprocidade. Esta pedagogia promove uma ruptura com a pedagogia tradicional porque volta sua atenção especificamente para o oprimido como sujeito de sua libertação.

Para Freire, a alfabetização e a aprendizagem fazem parte de um processo político, um processo de conscientização, que convida os educandos a encarar o mundo criticamente. Todos têm o direito de participar conscientemente da transformação de sua sociedade.

O trabalho de Freire é dirigido a ajudar os educandos a tornarem-se alfabetizados e críticos em contraposição aos alfabetizados funcionais. A alfabetização funcional refere-se ao domínio técnico e habilidades particulares necessárias para a decodificação de textos simples, manuais de instruções etc. A alfabetização crítica envolve decodificar as dimensões ideológicas dos textos, práticas sociais e formas culturais. O objetivo, ao adquirir este tipo de alfabetização, é criar uma cidadania crítica, de modo que os educandos enfrentem as características opressivas da sociedade de tal forma que possa construir uma sociedade mais justa e democrática .

Paulo Freire entende que uma pedagogia de libertação não tem respostas prontas e acabadas, a mudança deve sempre emergir de uma luta contínua. Quando Freire fala de uma educação bancária e, mais tarde, de uma educação cultural dominante sobre a cultura e a consciência dos oprimidos, Paulo Freire leva às últimas conseqüências sua crítica a política educacional vigente em nossa sociedade.

A consciência do oprimido ensina a revelar a mentira do saber imposto, principalmente quando por meio da prática política vislumbra a liberdade. Por isso, a educação libertadora constitui-se uma reflexão da prática popular. O método Paulo Freire de alfabetização sempre enfatiza o diálogo, por isso suas aulas são círculos de cultura, a prática do diálogo consolida a relação entre os homens, entre os educadores e os educandos.

Para Freire, a visão da liberdade é a matriz que atribui sentido a prática educativa, que só se tornará eficaz se a participação do educando for livre e crítica. O aprendizado

deve estar associado à realidade de vida do educando. Por isso, o homem deve ser considerado "um ser no mundo com o mundo". De acordo com Freire, ninguém está sozinho no mundo, assim a educação é uma construção dialógica. Ninguém sabe tudo, nem ignora tudo. Nós educadores não podemos ser arrogantes, elitistas e nem considerar os educandos incapazes. Os educadores só contribuirão realmente para uma verdadeira educação se partir do nível em que se encontram os educandos. Esta é uma postura libertadora. A educação é uma prática de liberdade.

Baseado nessa concepção pedagógica, Paulo Freire foi coordenador de um dos mais importantes movimentos de alfabetização e esteve atento às armadilhas que a implementação nacional de sua forma de educar poderia causar. A dificuldade expressou-se na campanha-piloto em Brasília, que claramente apontava para o dilema do mais famoso educador brasileiro, cuja "ação cultural para a liberdade" encontrava obstáculos para ser implementada no contexto do sistema educacional em vigor no país. Pois se vivia em uma época em que se acreditava que a "falta de conhecimento da leitura e da escrita fosse a causa dos males do nosso povo: a pobreza, a doença e até mesmo a opressão política ... " (GOÉS E CUNHA, 2002, p. 57). O que contrapunha a ótica de Freire, que acreditava Educação como uma libertação da consciência e não um aprisionamento em mais uma falácia das classes dominantes.

No Brasil, antes de 1964, Freire estava ciente das dificuldades e dos custos políticos de seu programa pedagógico. Entretanto, seus postulados epistemológicos conduziram-no a interpretar tais resistências como algo acidental e destinado a ser removido por meio de oposição. Do "tático", Freire deslocou-se para o "estratégico". O "processo de conscientização" tomou-se sinônimo de luta de classes. Integração cultural mudou para revolução política. Paralelamente a essa mudança do pensamento de Freire, em direção a uma visão revolucionária, um outro deslocamento também teve lugar em relação ao significado e implicações de um verdadeiro conceito de conscientização. A prática educativa tornou-se uma práxis mais revolucionária e uma maior ênfase foi colocada no tema do compromisso para com o oprimido.

A derrubada do Governo Federal pelas forças militares brasileiras, em março de 1964, interrompeu a grande experiência. Encarcerado duas vezes por causa de seu "método subversivo", Paulo Freire teve a embaixada da Bolívia como a única a aceitá-lo como refugiado político. O governo boliviano contratou seus serviços de consultor educacional

para o Ministério da Educação. Porém, vinte dias após sua chegada a La Paz, ele testemunhou um novo golpe de Estado contra a administração reformista de Paz Estensoro. Freire decidiu, então, buscar refúgio no Chile, onde, através da vitória de uma aliança populista, o democrata-cristão Eduardo Frei assumira o poder.

Freire permaneceu no Chile por quatro anos e meio, trabalhando em um instituto governamental chamado ICIRA (Instituto de Pesquisa e Treinamento em Reforma Agrária) e, também governamental, "Escritório Especial para a Educação de Adultos", sob a coordenação de Waldemar Cortéz. Em 1967, Freire foi, pela primeira vez, aos Estados Unidos como conferencista de seminários promovidos em universidades de vários Estados.

Paulo Freire estava ansioso para "experimentar" a cultura norte-americana, para descobrir o Terceiro Mundo (guetos, favelas) no Primeiro Mundo. Entretanto, ele lamentaria a perda de contato com qualquer tipo de experiência pedagógica nos países em desenvolvimento. Considerava insatisfatório deixar a América do Sul e só estudar em bibliotecas. Desse modo, sugeriu que ficaria em Harvard apenas por seis meses.

Entre 1975 e 1980, Freire trabalhou também em São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola e Nicarágua, sempre como um militante, e não apenas como um técnico, que combinava seu compromisso com a causa da libertação com o amor para com os oprimidos. O Estado africano de São Tomé e Príncipe, recém libertado da colonização portuguesa, confiou a Freire um programa de alfabetização. Os resultados desse programa superaram as expectativas. Quatro anos depois, Freire recebeu uma correspondência do Ministro da Educação informando que tanto os 55% dos estudantes matriculados nas escolas não eram mais analfabetos, quanto os 72% que já tinham concluído o curso. Em agosto de 1979, Freire visitou o Brasil durante um mês e seu retorno definitivo ao Brasil ocorreu em março de 1980. Paulo teve de "reaprender" seu país.

Paulo Freire idealizou e testou uma filosofia de educação, nos vários anos de seu ativo envolvimento na América Latina. Seu trabalho foi, posteriormente, desenvolvido na Suíça, na Guiné-Bissau, em São Tomé e Príncipe, na Nicarágua e em vários outros países do Terceiro e do Primeiro Mundo. A concepção educacional freireana centra-se no potencial humano para a criatividade e a liberdade no interior de estruturas político-econômico-culturais opressoras. Ela aponta para a descoberta e a implementação de alternativas libertadoras na interação e transformação sociais, via processo de

conscientização.

Para decepção de muitos intelectuais acadêmicos tradicionais do Primeiro Mundo, sua filosofia tornou-se tão corrente e universal que os "temas geradores" permaneceram no centro dos debates educacionais da pedagogia crítica nas últimas décadas.

## 2.1 - O Método Paulo Freire

Paulo Freire iniciou seus trabalhos junto a grupos populares e começou a organizar, juntamente com paróquias católicas, projetos para educação de adultos. O resultado desse trabalho foi compartilhado com outros grupos.

... é preciso não esquecer uma coisa: educação popular e mudança social andam juntas. Essa educação renovada transforma não apenas os métodos de educar. Transforma as pessoas que são educadas em uma sociedade em transformação. (FREIRE, 1987, p.62)

Foi a partir do desenvolvimento desse projeto que se começou a falar de um "sistema" de técnicas educacionais, o "Sistema Paulo Freire", que passa a ser aplicado em todos os graus na educação formal e na não-formal. Mais tarde, na década de 1980, no seu trabalho em alfabetização, um elemento do sistema foi interpretado sob a denominação "Método Paulo Freire" e "conscientização" como um caminho para a revolução. Por essa razão, Paulo Freire parou de usar a expressão "Sistema Paulo Freire", destacando sempre o caráter político da educação e sua necessária "reinvenção" em circunstâncias históricas diferentes.

...o método Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra. (FIORI, 1987, p.13)

Freire começou a experimentar sua concepção na alfabetização, no círculo cultural que ele mesmo coordenava como monitor e cujos membros conhecia pessoalmente. Freire relata que na 21ª hora de alfabetização, um participante era capaz de ler artigos simples de jornal e escrever sentenças curtas. Depois de 30 horas (sendo uma hora por dia, durante cinco dias da semana) a experiência foi concluída.

Com a criação do Movimento de Cultura Popular (MCP), Paulo Freire passou a ser um dos seus líderes mais atuantes. Como ocorria na prática dos "Projetos" do MCP, o

Projeto de Educação de Adultos desdobrava-se em outros programas ou projetos de menor amplitude.

O "método" teve um irresistível sucesso em todo o Brasil. Era possível, naquele momento, tornar os iletrados - eram cerca de 40 milhões naquela época - em alfabetizados (como alfabetizados eles podiam votar) e conscientes dos problemas nacionais. Para Góes e Cunha (2002), reformistas e revolucionários de esquerda investiram em Freire e em sua equipe, que logo se encarregou de implementar o Plano Nacional de Alfabetização (1963). Dinheiro surgia de todas as fontes e, dentre elas, se destacavam o escritório regional da Aliança para o Progresso de Recife, os governos reformistas do Nordeste e o Governo Federal populista de João Goulart.

### **2.1. 1 - Os círculos de cultura de Paulo Freire: o trabalho com a fala.**

Círculo de cultura pode ser a turma de alunos ou sala de aula. "Círculo" significa que todos estão à volta de uma equipe de trabalho que não tem um professor ou um alfabetizador, mas um animador de debates que como um companheiro alfabetizado, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. O animador coordena um grupo que não dirige e, a todo o momento, anima um trabalho orientando uma equipe cuja maior qualidade deve ser a participação ativa em todos os momentos do diálogo, que é o único método de estudo no Círculo.

"Cultura" significa muito mais do que o aprendizado individual de "saber-ler-escrever", o que o Círculo produz são modos próprios e novos, coletivos, solidários, de pensar. E todos juntos aprenderão, de fase em fase, de palavra em palavra, que aquilo que constroem é uma outra maneira de fazer a cultura que os faz por sua vez, homens, sujeitos, seres da história - palavras e idéias-chave no pensamento de Freire.

Na experiência de Angicos (Rio Grande do Norte) em 1962, as salas de aula transformaram-se em fórum de debates denominados "Círculo de Cultura". O professor transforma-se no "Animador de debates" e tem o papel de coordenar o debate, problematizar as discussões para que opiniões e relatos surjam. O método de Paulo Freire possui algumas regras de como construir as relações pedagógicas, mas não impõe um modo de se trabalhar. É sempre possível inovar e ser criativo.

A pedagogia de Paulo Freire começa investigando o universo vocabular dos

educandos, no sentido de conhecer a realidade social dos educandos, as palavras transformam-se em frases, figuras, desenhos para desenvolver as atividades no dia-a-dia. A partir da pesquisa vocabular, algumas palavras serão escolhidas para iniciar trabalho. São as palavras geradoras. Essas palavras são escolhidas de acordo com o conteúdo que se pretende trabalhar.

Para se escolher as palavras pensa-se na riqueza fonética da palavra geradora, nas dificuldades fonéticas da língua e o sentido que ela representa para o educando. No método de Paulo Freire não se escolhe as palavras pensando no critério lingüístico e sim nos critérios afetivos.

As palavras são associadas as questões existenciais (vida) e política (condições de vida). Por exemplo, a palavra governo foi trabalhada como poder político, participação popular, salário, etc. A partir das palavras escolhidas, o animador constrói cartazes e fichas. Logo depois, ele coloca diante de todos o primeiro cartaz e chama a atenção para o desenho, a gravura. Sugere que digam o que estão vendo: o que a figura mostra? Quais são as partes, os elementos dela? O que será que ela quer dizer? Com o que parece?

Deve-se debater a cultura como aquisição sistemática de conhecimentos e também a democratização da cultura, dentro do quadro geral da "democratização fundamental", que caracteriza o processo brasileiro. A "democratização da cultura", disse certa vez um desses anônimos mestres analfabetos, "tem de partir do que somos e do que fazemos como povo. Não doensem e queiram alguns de nós".

"...ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática "bancária", são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos."( FREIRE, 1987, p.69)

Além desses debates a propósito da cultura e de sua democratização, analisava-se o funcionamento de um círculo de cultura, seu sentido dinâmico, a força criadora do diálogo, o aclaramento das consciências. Em dois dias são discutidas estas situações, motivando-se intensamente os homens para iniciar, na terceira, a sua alfabetização, que é vista, agora, como uma chave para abrir a eles a comunicação escrita.

"Só assim nos parece válido o trabalho de alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido. Na medida em que o homem, embora, analfabeto, descobrindo a relatividade da ignorância e da sabedoria, retira um dos

fundamentos para a sua manipulação pelas falsas elites. Na medida em que, implicando em todo este esforço de reflexão do homem sobre si mesmo e sobre o mundo em que e com quem está, o faz descobrir que o mundo é seu também, que o seu trabalho não é uma pena que paga por ser homem, mas um modo de amar - e ajudar o mundo a ser melhor" (FREIRE, 1983, p.72).

As fichas de cultura têm como finalidades: sugerir os debates a partir das imagens das situações existenciais e levar o grupo de educandos a rever criticamente conceitos fundamentais para pensar-se e ao seu mundo; motivá-lo para assumir, crítica e ativamente o trabalho de alfabetizar-se.

É fundamental que o animador preserve o espírito de diálogo e participação. É importante que o grupo não apenas participe, como uma espécie de coro que segue e repete o solo do animador. É preciso que haja sempre o que Paulo Freire chamou um dia de "participação criadora". Assim, o animador não deve fazer, por sua conta e para os educandos a decodificação da imagem que está sendo discutida, o grupo de educandos deve decodificar a imagem em idéias, em símbolos da fala, pois é assim que aprendem.

"Se você explica uma lição valendo-se de sua autoridade, ninguém o ouve. Mas organize o trabalho de tal modo que o próprio aluno atue, experimente, inquirir, leia, selecione e classifique o documento, então ele fará perguntas a respeito de fatos que a tenham mais ou menos integrado" (FREINET, 1989, p.84).

Mais adiante, as palavras articuladoras irão somar-se com as geradoras, as de alfabetização. Surge assim o pensamento crítico.

### **2. 1. 2 -As palavras geradoras: reler a falar**

Cada palavra geradora tem o seu desenho e é com ele, nele, que ela aparece no círculo. Através do trabalho de construção do método, elabora-se o modo pela qual cada palavra será apresentada. A primeira palavra geradora deverá surgir logo após a última situação existencial, mas de maneira muito natural, sugerindo um debate a respeito da palavra. Em alguns lugares, por exemplo, o Nordeste, eram elaborados o "Plano de Palavra" para cada uma.

Por exemplo:

" Palavra Geradora: Trabalho"

Idéias para discussão:



- A valorização do trabalho;
- Finalidade do trabalho;
- O horário do trabalho segundo a lei;
- O salário mínimo e o salário justo;
- Direitos e deveres do trabalhador;

Finalidades da conversa:

- Levar o grupo a discutir sobre a situação do trabalho no campo e na cidade;
- discutir sobre o valor e a recompensa do trabalho;
- despertar no grupo o interesse de conhecer as leis relacionadas ao trabalho;
- leis relacionadas ao trabalho;
- levar o grupo a descobrir o dever que cada um tem de exigir o salário justo;
- levar o grupo a perceber e cumprir seus deveres;

Encaminhamento da conversa:

- O que é que vocês estão vendo neste quadro ?
- Como estão as relações de trabalho?
- O que é o trabalho ?
- Como deve ser o trabalho? Por quê?
- O que nós conhecemos sobre as leis do trabalho?
- O que podemos fazer para conseguir um trabalho com salário digno?

É claro que este plano deve ser flexível, à medida que vá se desenvolvendo. Dependerá muito do grupo, do ambiente etc. A prática do debate já deve ter sido adquirida pelo grupo. O momento de encerrar o debate deve ser feito através de sinais sutis por parte do animador. Em nome da prática de debate já adquirida pelo grupo, o animador poderá reduzir as suas perguntas e deixar que seja livre a troca de idéias que a "figura da palavra" sugere. Assim, o grupo cria o seu tempo e o círculo discute à vontade, até quando sente que chega e começa a dar ao coordenador sinais de que a hora de "trabalhar a palavra" chegou ao fim .

## 2. 2 – Adequação do método a realidade dos educandos

Como dito anteriormente, o método de alfabetização de Paulo Freire, como nenhum método deve ser rígido. O educador não deve jamais querer impor sua visão do mundo, e sim dialogar com os educandos sobre suas visões e as deles.

Precisamos estar convencidos de que a visão dos educando se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação sob pena de se tornar "bancária" ou de pregar no deserto. Por esta razão, muito educadores não são entendidos. Sua linguagem não sintoniza com a situação concreta dos homens a quem falam. Sua fala passa por um discurso a mais, sem fundamentos, que aliena e é alienante.

Para que haja sintonia e comunicação eficiente entre educador/educandos é preciso que os educadores consigam perceber as condições estruturais em que o pensar e a linguagem do povo se constituem dialeticamente. É extremamente importante investigar o universo temático dos alunos, ou o conjunto de seus temas geradores, antes de iniciar o processo.

## 2. 3 -Formação do senso crítico

O senso crítico é entendido como capacidade de criação, de critério e de prazer, e desenvolvido a partir de oportunidades-problemas propostos pelo professor, "Criação" e "Critério" são formulações próprias de hipóteses por parte do aluno, as quais necessariamente encontram-se em dois pólos dinâmicos, sempre presentes e muitas vezes contraditórios/tensos: o universo de informações e a teoria e inter-relações de conceitos.

Em Freire encontramos a seguinte idéia que pode conduzir o educador a construir o pensamento crítico:

Enquanto educador progressista não posso reduzir minha prática docente ao ensino de puras técnicas ou conteúdos, deixando intocado o exercício da compreensão crítica da realidade. Falando em fome, não posso me contentar em defini-la como urgência de alimentos, grande apetite, falta do necessário, a míngua ou escassez de víveres. A inteligência implica a percepção de sua razão de ser. (FREIRE, 1970, p. 83)

Este ponto de vista nos induz a aprofundar o pensamento sobre a situação dos educandos na prática da EJA. Segundo Freire, devemos levar os alunos a mais estreita relação com a leitura e a escrita, facilitando, assim, edificar, no conjunto da sociedade,

a tão propalada cidadania. Ele entende a implementação da educação como uma metodologia dinâmica, participativa, na prática um diálogo, onde educador e educando são, ambos, veículos de conhecimento. A comunicação e o relacionamento, neste nível, se dão de forma franca, afetiva mesmo, com mútua confiança, esperança e aguçamento de senso crítico, sempre se destacando, além da troca, a simplicidade de atitudes.

Como disse Freire: “O homem deve atuar, pensar, crescer, transformar e não adaptar-se fatalisticamente a uma realidade desumanizante”(Freire, 1998, p.60 ).

Nestes moldes, o ensino poderá levar à formação de adultos e jovens conscientes do lugar e do tempo em que vivem, cientes de seus direitos e deveres diante de si e das pessoas que os cercam, plenos de sua autonomia e de sua competência em decidir, norteados por sua capacidade de crítica. Há assim uma maior clareza da realidade, a partir da mudança de percepção do contexto em que se vive. Esse jovem ou adulto, então cidadão, poderá, nos moldes sociais estabelecidos, participar e mediar em diversas áreas do conhecimento comum.

### CAPÍTULO III

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ATUAL LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, concebe como educação "os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais" (art. 1º), tendo "por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", "inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana" (art. 2º).

Essa concepção de educação é importante na medida em que reconhece as interações sociais enquanto espaço de formação e educação. Embora seja atribuído à escola o principal papel de formadora de seus membros, há o reconhecimento de que a educação - enquanto desenvolvimento pleno do indivíduo - ocorre também em outros espaços sociais.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação de jovens e adultos (EJA) foi concebida como uma modalidade de educação, destinada aos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (art. 37º).

Considerando que as idades previstas na lei para ingresso no ensino fundamental são de 7 a 14 anos (sendo facultativo o início aos 6 anos) e para ingresso no ensino médio de 15 a 17 anos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) atende a uma variação etária muito grande (de 15 anos em diante), abrangendo as fases da adolescência, juventude, adultez e senilidade.

A LDB permite que a escola avalie e defina o grau de desenvolvimento do aluno, independentemente da escolarização anterior, para a inscrição na série ou etapa adequada dos níveis fundamental e médio.

A EJA se dispõe a oferecer gratuitamente a educação básica aos jovens e adultos que não puderam efetuar seus estudos na idade regular, prevendo, inclusive,

a efetivação de ações integradas e complementares entre si para viabilizar e estimular o acesso e permanência do trabalhador na escola.

Como modalidade de ensino, se diferencia dos outros níveis da educação básica não somente por uma perspectiva etária (atende a jovens e adultos), mas também devido a uma situação de defasagem escolar. Lembramos que nem toda instituição educativa que forma indivíduos com idade superior a 15 anos oferece Educação de Jovens e Adultos. Para que seja considerada como tal pressupõe-se que esses alunos além de pertencerem a uma faixa etária específica possuam o nível de escolaridade aquém da educação básica.

Podemos considerar inclusive que a não-conclusão do ensino na idade apropriada indica não somente o *fracasso na escola*, mas também um processo de marginalização ainda maior: o social, concretizado pela constatação de que a grande maioria dos beneficiários dessa modalidade de ensino é oriunda de classes sociais mais baixas e realizam atividades de trabalho semi ou não-qualificadas, mal-remuneradas e de baixo prestígio social.

Ainda que a educação de adultos atenda às diferentes faixas etárias não nos interessa aqui as fases da adolescência ou até mesmo da juventude, mas somente da fase adulta em diante.

Embora os adolescentes e jovens de EJA estejam em situação de defasagem escolar não é uma "novidade" tê-los na escola. A escola lida com freqüência com esse público. Existem estratégias diferenciadas desenvolvidas para atendê-los.

Constatações feitas por estudos sobre o analfabetismo nos apontam que os adolescentes e jovens em geral, mesmo com defasagem escolar, apresentam uma maior escolarização, ou seja, a exclusão escolar em seus níveis mais extremos se dá majoritariamente entre os adultos e idosos - principalmente os nascidos em regiões pouco desenvolvidas.

Em se tratando do ensino de pessoas já envolvidas muitas vezes em atividades de trabalho, com responsabilidades familiares, sociais, entre outras, a valorização da experiência cotidiana enquanto saber válido e que pode ser integrado aos conhecimentos escolares é de fundamental importância para a realização de uma

educação libertadora.

Em 1990, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia, entendeu-se a alfabetização de Jovens e Adultos seria uma primeira etapa da Educação Básica, consagrando a idéia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização, ou seja, separada das "necessidades básicas de aprendizagem" (Gadotti, 2001, p. 34-35).

No contexto latino-americano diversas concepções vão surgindo historicamente e se dividindo em múltiplas correntes e tendências que continuam até hoje. Nos anos 40 a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 50, a Educação de Adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos: a Educação de Adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) defendida por Paulo Freire e a Educação de Adultos entendida como educação funcional (profissional).

Na década de 70, essas duas correntes continuaram a ser entendidas como Educação não-formal e como suplência da mesma. Com isso, *desenvolve-se* no Brasil a tão conhecida corrente: o sistema MOBRAF (Movimento Brasileiro de Alfabetização), propondo princípios opostos aos de Paulo Freire.

### 3.1 - A Legislação

A Lei de Reforma nº 5.692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados atenderem jovens e adultos.

#### Capítulo IV

##### Do ensino supletivo

Art.24 - O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo único - O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos

Conselhos de Educação.

Art.25- O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§1º - Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de aluno a que se destinam. §2º- Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art.26- Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo-comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§1º - Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se:

Ao nível de conclusão do ensino de 1º grau, para os maiores de 18 anos; Ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos;

§2º - Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§3º - Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art.27- Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo único - Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tomem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Art.28- Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos à conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantenham.

A Lei de Reforma nº 5.692/71 dedicou pela primeira vez na história da educação, um capítulo ao ensino supletivo, sendo aprovada em 11 de agosto de 1971, esta lei reformula o ensino de 1º e 2º graus. Enquanto a última LDB foi resultado de um amplo processo de debate entre tendências do pensamento educacional brasileiro, levando treze anos para ser editada, a Lei de Reforma nº 5.692/71 foi outorgada pelos governos de exceção, que, segundo Gadotti (2001), não incluiu os excluídos da escola na idade própria no Sistema de Ensino, mas criou uma espécie de sistema paralelo, que previa cursos e

exames supletivos.

O passo seguinte foi dado pelo MEC quando instituiu um grupo de trabalho para definir a política do Ensino Supletivo e propor as bases doutrinárias de Valmir Chagas. O ensino supletivo foi apresentado como um manancial inesgotável de soluções para ajustar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se operavam em ritmo crescente no país e no mundo.

Os exames supletivos passaram a ser organizados de forma centralizada pelos governos estaduais. Os cursos, por outro lado, passaram a ser organizados e regulamentados pelos respectivos Conselhos de Educação. O Parecer nº. 699/72 foi elaborado para dar fundamentação ao que seria a doutrina de ensino superior. Nesse sentido, ele viria a "detalhar" os principais aspectos da Lei nº. 5.692, no que tange ao ensino supletivo, facilitando sua compreensão e orientando sua execução.

A estrutura de Ensino Supletivo, após a LDB de 1971, seguiu a orientação expressa na legislação de procurar suprir a escolarização regular daqueles que não tiveram oportunidade anteriormente na idade própria. As formas iniciais de atendimento a essa prerrogativa foram os exames e os cursos. O que até então era a "madureza" passou ao controle do Estado, foi redefinido e se transformou em Exames Supletivos. A novidade trazida pelo Parecer nº. 699/72 estava em implantar cursos que dessem outro tratamento ao atendimento da população que se encontrava fora da escola, a partir da utilização de novas metodologias.

A Lei nº 5692/71 concedeu flexibilidade e autonomia aos Conselhos Estaduais de Educação para normatizarem o tipo de oferta de cursos supletivos nos respectivos Estados. Isso gerou grande heterogeneidade nas modalidades implantadas nas unidades da federação. Para implementar a legislação, a Secretaria Estadual da Educação criou, em 1975, o departamento de Ensino Supletivo (DESU) em reconhecimento à importância crescente que essa modalidade de ensino vinha assumindo.

De acordo com Paiva (apud Gadotti, 1995, p. 31), a Educação de Adultos, em âmbito histórico, pode ser dividida em três períodos:

1º - de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativa oficial para erradicar-se o analfabetismo;



2º - de 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse congresso abriu as portas para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964;

3º - O MOBRAL, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização (1985), a "Nova República" extinguiu o MOBRAL e criou a Fundação Educar, com objetivos mais democráticos, mas sem os recursos de que o MOBRAL dispunha. Assim sendo, a Educação de Adultos continuou secundarizada na "Nova República".

Em 1989, em comemoração ao Ano Internacional da Alfabetização, foi criada, no Brasil, a Comissão Nacional de Alfabetização, coordenada inicialmente por Paulo Freire e depois por José Eustáquio Romão.

Com a extinção da Fundação Educar, em 1990, o Governo Federal ausenta-se desse cenário educacional, havendo um esvaziamento constatado pela inexistência de um órgão ou setor do Ministério da Educação voltado para esse tipo de modalidade de ensino.

Hoje, o Governo encontra-se ainda, com muitas dificuldades para enfrentar o problema de oferecer educação de qualidade para todos os brasileiros. Apesar da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e da nova LDB nº 9.394/96, o Governo Brasileiro não vem honrando seus compromissos em relação à tão importante e delicado problema.

Sabemos que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Se sabemos que a grande maioria da população, principalmente os menos favorecidos, não tem acesso à educação, até onde podemos levar essa afirmação a sério?

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois Artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos:

Art. 37 - A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

No Plano Nacional de Educação, temos como um dos objetivos e prioridades:

Garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos. (Plano Nacional de Educação - introdução: objetivos e prioridades dois)

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, como afirma Gadotti (2000), uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação e, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá uma educação de qualidade.

Considerando a própria realidade dos educandos, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo para construir o conhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por este trabalho surgiu do interesse de que as pessoas possam conhecer a importância do Método Paulo Freire, de seus Círculos de Cultura, e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

A pesquisa feita para realizar esta monografia nos leva a crer nas transformações e nos desafios educacionais e a valorização do processo educacional.

A proposta pedagógica de Paulo Freire é o exemplo vivo de uma educação libertadora; proposta que parte da vivência dos educandos e busca a participação crítica destes homens no contexto social. Este estudo nos aponta um caminho que faz da educação um veículo de formação crítica, criadora e atuante, capaz de possibilitar aos alunos crescimento como ser humano e integração consciente na sociedade onde vive.

Quando pensamos na Educação de Jovens e Adultos, a proposta de Paulo Freire nos dá a possibilidade de trabalhar a experiência de vida de cada um e de trabalhar o mundo do educando partindo de sua realidade. Esta proposta permite um prosseguimento na etapa de aprendizado do educando, posto que sua educação evolui a medida do seu crescimento e da aplicação dos novos conhecimentos que faz em seu mundo. Também permite ao professor ser educador em seu modo de ser e não apenas um professor ensinante, que se limita a transmitir o que lhe exigido pelo processo pedagógico que lhe foi imposto.

Devemos também destacar que não se pode perder a oportunidade de se definir de uma vez por todas, a educação de jovens e adultos como parte constitutiva do sistema regular de ensino que propicia a educação básica àqueles que não puderam no tempo devido estar cursando esta modalidade de ensino. Por outro lado, há que se destacar a qualidade de que deve se revestir a educação de jovens e adultos. Ela não pode ser colocada paralelamente ao sistema, nem como forma compensatória, nem como forma complementar, mas como modalidade de ensino voltado para uma clientela mais específica.

Para Romão (1995), mais do que nunca, a educação básica de jovens e adultos trabalhadores se coloca como uma das mais estratégicas formulações para a possível transformação e, no limite, revolução da sociedade injusta, discriminatória, meritocrática e elitista em que vivemos.

Num mundo em que o letramento tornou-se condição mínima para o trabalho e para a vida diária, a requalificação, a educação continuada, compensação de deficiências educativas entre jovens e adultos com os mais variados níveis formais de escolaridade, tornaram-se uma prioridade. A velocidade imprimida ao mundo contemporâneo pela tecnologia exige respostas capazes de assegurar no dia-a-dia, conhecimentos que permitam fazer face a demandas com as quais se confrontam homens e mulheres neste final de milênio.

As pesquisas acerca do letramento caminham segundo determinados aspectos que variam conforme o foco de estudo. Alguns estudos estão direcionados às formas de utilização da escrita, ao grau de alfabetismo e às diferenças existentes entre as formas de pensamento das pessoas com maior ou menor grau de escolaridade. Outros relacionam seus estudos de acordo com as questões culturais, tais como as diferenças entre os grupos sociais e as formas como esses grupos interagem com a escrita.

Não me é possível, dessa forma, chegar a uma definição única do que seja letramento. O que consigo perceber mais fortemente, e assumir, com base nas leituras realizadas, é que o letramento necessariamente se associa a um conjunto de práticas sociais ligadas, de diferentes maneiras, à escrita dentro de contextos e objetivos específicos.

Entretanto, em todas as perspectivas, a educação formal é vista como porta de acesso dos indivíduos à cultura letrada, sendo a escola a instituição social responsável por este papel. Todavia, as práticas letradas escolares estão relacionadas a uma prática social de letramento, que embora seja, nas sociedades complexas, um tipo dominante, não é o único, pois desenvolve apenas algumas capacidades em detrimento de outras. As práticas escolares estão, dessa forma, associadas a um tipo de letramento, o letramento escolar.

E devido a esta necessidade de constante readaptação a situações novas geradas em todos os níveis da vida social pelas rápidas mudanças tecnológicas, a educação de jovens e adultos é hoje mais importante que no passado. Como afirma Paulo Freire (1996), na sua teoria de ensino, o ser humano (aluno) deve ter a oportunidade de crítica e a liberdade de expressão frente as diferentes situações educacionais, desenvolvendo assim a sua capacidade de reflexão sobre o mundo.

Dessa forma, a educação se constitui como verdadeiro que-fazer humano.

Educadores, educandos e educandos-educadores, mediatizados pelo mundo, exercem sobre ele, uma reflexão cada vez mais crítica. Identificados nessa reflexão-ação e nessa ação-reflexão sobre o mundo mediatizador, tomam-se ambos - automaticamente - seres da prática.

Percebemos também, que para que se possa exercer esse papel, o educador deve possuir conhecimentos e habilidades suficientes para poder auxiliar o educando no processo de elevação cultural. Para tanto foi visto que o educador deve possuir algumas qualidades, tais como: compreensão da realidade com a qual trabalha, comprometimento político, competência no campo teórico de conhecimento em que atua e competência técnico-profissional. É preciso ainda desejar e querer ensinar estando disposto a encarar todos os desafios. Ninguém se faz professor, do dia para noite, sem aprendizagem e preparação satisfatórias.

É esta percepção do homem e da mulher como seres "programados, mas para aprender" e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.(FREIRE, 1996. p. 164)

Partindo do princípio de que todo ser humano é capaz de aprender (e também de ensinar), como afirma Gadotti 1995, a relação professor-aluno torna-se cada vez mais um processo de constante ensino aprendizagem de mão dupla os caminhos do ensino descortinam horizontes para a aprendizagem e esta revela instrumentos e mecanismos para o aperfeiçoamento do primeiro.

E assim este estudo tende chamar a atenção de educadores e de futuros educadores, para o fato de que os sujeitos da práxis pedagógica não estão dados definitivamente, mas sim que eles devem ser permanentemente repensados e compreendidos, se queremos produzir uma ação docente - discente de forma crítica.

A realidade brasileira mostra que o conceito de aplicação integral da proposta de Paulo Freire está exatamente nesta massa de pessoas cujo direito consitucional lhes foi negado por razões diversas. Experiências diversas desenvolvidas por ONG's em diversos locais do Brasil, que são frutos de reconhecimentos internacionais na área social e educacional, comprovam a necessidade de um avanço educacional a partir das condições locais. São trabalhos relacionados à alfabetização com seguimentos na formação de mão de

obra, são leituras e discussões sobre direitos de cidadania, e muitos outros cujo universo abrange os jovens e adultos objetos deste estudo. Mas são esforços isolados, com resultados imediatos, sem compromisso com o futuro, feitos para resolver problemas sociais emergentes.

Dentro de um mundo onde cada vez mais se acredita na educação como um instrumento de transformação sociedade, durante a construção deste trabalho, pode-se perceber que, quando se trata de políticas voltadas para educação, vimos que modalidades como EJA ainda lutam para a implementação de políticas que possam fortalecer ainda mais a formação de um aluno/trabalhador consciente e crítico.

Acreditamos que a proposta pedagógica de Paulo Freire foi essencial para a Educação de Jovens e Adultos, porque permite que os educadores assumam o compromisso de formar cidadãos críticos e conscientes da sua posição política, visando acabar de vez com a seletividade, discriminação e o rebaixamento do ensino nas camadas populares.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Lei de Reforma nº 5692/71**, Senado Federal, Brasília, DF.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96**, Senado Federal, Brasília, DF.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREINET, Celestin: **Evolução histórica e atualidades**. São Paulo: Scipione, 1989

\_\_\_\_\_. **Criando métodos de pesquisa alternativa**. In: Brandão, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer – Teoria e Prática em Educação Popular**. Petrópolis; RJ: Vozes, 1989.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos – Teoria, Prática e Proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001, Guia da Escola Cidadã, v.5.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

GADOTTI, Moacir. **Convite a Paulo Freire**. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

GOÉS, Moacyr de e CUNHA, Luiz Antônio. **O golpe na educação**. São Paulo:

Editora J.Z.E., 1982.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

PAIVA, Vanilda. Anos 90: As novas tarefas da Educação dos Adultos na América Latina. **Caderno de Pesquisa nº 89**. São Paulo: USP, 1994.

PAIVA, Vanilda. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola 1973.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH  
Escola de Educação - EE  
Departamento de Didática - DID

## MONOGRAFIA II

**ALUNO(A):** Bruno Henrique Mesquita Longo (20032351156)

**TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO:** As contribuições de Paulo Freire na educação de jovens e adultos.

**ORIENTADOR(A):** Profa Dra. Ângela Maria Sousa Martins

### FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

**PRIMEIRO AVALIADOR**

Professor convidado: \_\_\_\_\_

*Antônia Sincano*

Nota: \_\_\_\_\_

*8,0*

**Considerações:**

O tema escolhido para a monografia do aluno Bruno Henrique Mesquita Longo é fonte inesgotável de pesquisa, considerando a crucial importância das contribuições de Paulo Freire para a educação de pessoas jovens e adultos.

Entretanto, apesar de provar o compromisso com a proposta teórica pesquisada, observei que há erros em fonte e imprecisas relativas a digitação/ortografia. Por isso consigo nota 8,0 esperando que faça os ajustes e persiga em mais investigações.

DATA: \_\_\_\_\_

*17/12/2007*

Assinatura: \_\_\_\_\_

*Antônia Sincano*

**SEGUNDO AVALIADOR**

Professor orientador: ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

Nota: 9,0 (muito)

**Considerações:**

O trabalho de Bruno está muito bem estruturado e fundamentado. Os pontos da monografia encorajam as reflexões consistentes e pertinentes. Pelo espaço empreendido por Bruno, confiro-lhe nota 9,0 (muito).

Data: 31/12/2007

Assinatura: Angela Maria Souza Martins

**TERCEIRO AVALIADOR**

Professor de Monografia II: Janaina S.S. Menezes

Nota : \_\_\_\_\_

**Considerações:**

O trabalho apresenta os principais elementos de uma monografia

Data: 31/12/07

Assinatura: Janaina S.S. Menezes

RESULTADO FINAL			
Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final
8,0	9,0	9,0	8,7